

# PACTA

MAIS QUE UMA REVISTA, UMA JANELA PARA O MUNDO



- \* **Cadernos do Tiaguistão** **3**
  - Cadernos do Tiaguistão:
- \* **Da Casa** **4**
  - O Mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010-2012) e a Afirmação de Portugal no Sistema Internacional
  - Europa, Fronteiras e Segurança: ‘muros’ que Continuam a Separar-nos
- \* **Entrevistas Presidente do ISCSP Manuel Meirinho** **7**
- \* **Entrevista Embaixador Pascal Teixeira da Silva** **10**
- \* **Do Mundo** **16**
  - A Primavera e a Excepção Árabe
  - O Realinhamento Estratégico do Médio Oriente Após a Operação “Pillar of Defence
  - Demografia Política: a Importância da Demografia na Definição de Políticas de Segurança e Defesa
- \* **Crítica** **20**
  - “The Politics of Security”
- \* **Cronologia** **21**

**Coordenação do Pelouro de Investigação do NERI:** Miguel Azevedo Coutinho, nº 210941

**Coordenadores da PACTA:**  
Joana Ribeiro, nº 210910  
Miguel Brito, nº 210962

**Colaboradores:** Anna Momotova, nº 212399

Inês Eusébio, nº 212429  
Rafael Sousa, nº 214617  
Joana Gonçalves, nº 210914

**Edição de imagem:** Miguel Azevedo Coutinho

**Revisora:** Joana Ribeiro

**Responsáveis pelas redes sociais:**

**Facebook:** Miguel Brito, Miguel Azevedo Coutinho, Joana Gonçalves

**Twitter:** Anna Momotova, Joana Ribeiro, Inês Eusébio



Esta é uma publicação ecológica!  
Totalmente digital, sem impressões!

Segue-nos em:

<https://www.facebook.com/PACTARI>

<https://twitter.com/pactaiscsp>

<http://ae.iscsp.utl.pt/>

# EDITORIAL

Há que começar com o lugar-comum “ano novo, vida nova”. E que o diga o Vaticano. Com a resignação do Cardeal alemão Ratzinger ao cargo de Papa, que exercia desde 2005, o Vaticano terá que organizar um conclave com todos os cardeais para encontrar um sucessor rapidamente. Cientes de que a nomeação do novo Papa irá atrair as atenções de todo o mundo e, em especial, da comunicação social, a PACTA pretende continuar a informar-vos de todos os acontecimentos desta atualidade instável em que vivemos. Entrevistamos então o embaixador da França em Portugal, de forma a compreender as relações diplomáticas entre os dois países.

Será um ano novo também para o ISCSP devido à política de fusão entre a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade de Lisboa. Como queremos ver os nossos colegas esclarecidos, estivemos à conversa com o Professor Manuel Meirinho, atual presidente do Instituto.

Fica então o desejo de que continuem a acompanhar a conjuntura internacional através das páginas de facebook e twitter da PACTA e a fazer as vossas sugestões ao longo deste novo semestre que se inicia.

*Por Joana Ribeiro,  
Coordenadora da Revista Pacta*

---

## CADERNOS DO TIAGUISTÃO

### A (POSSÍVEL) HISTÓRIA DAS DUAS MANAS IBÉRIAS



**A** Europa começa e termina na Ibéria. A Europa da União, claro, tem apenas uma Ibéria, a peninsular. Mas a Europa Civilizacional, por seu lado, tem duas Ibérias, a peninsular e a do istmo. Os Helénicos, antecessores da actual república da

Grécia e, na Época Clássica, força sociopolítica dominante, distinguem uma Ibéria Ocidental e Peninsular, a nossa Ibéria, da Ibéria Asiática ou Caucásiana, onde encontramos a república da Geórgia.

Olhar para as duas Ibérias, nos dias que correm, obriga a um exercício de reflexão que nos levam a uma conclusão: o istmo e a península compreendem um oxímoro político perfeito. Ora vamos lá! Nas últimas eleições legislativas (2011), aqui na Ibéria peninsular onde fomos plantados, a Oposição tomou o controlo do Parlamento e formou governo. O partido do Governo passou para a Oposição, assumiu a derrota e entrou num período de marasmo de ideias e ideais; com uma liderança quase acéfala e a precisar de energia e criatividade.

Na Ibéria Caucásiana, a do istmo, as últimas eleições legislativas (2012) deram (também) à Oposição a vitória, o controlo do Parlamento e a hipótese de formar governo. Mas o Governo feito Oposição não assumiu a derrota. Se por um lado a (nova) Oposição aceitou que não tinha ganho o escrutínio, por outro lado, frisou ter vencido por permitir que a consulta popular decorresse num ambiente de amadurecida democraticidade.

Na Ibéria Ocidental as eleições legislativas homogeneizaram as cores políticas: Presidente, Governo e Parlamento passaram a marchar o mesmo caminho. E com uma Oposição sem capacidade de se Opor o caminho trilha-se com imensa facilidade. Na Ibéria Asiática as eleições trouxeram as cisões: Presidente e Governo iniciaram um braço de ferro pelo controlo da cena política interna, que levou a uma estranha “Guerrilha de Amnistias”.

Na Ibéria Peninsular o Presidente raramente preside, escudando-se na desculpa do trabalho de bastidores, mas faltando “há chamada” sempre que começam novas cenas de um espectáculo, até ao momento, de mau gosto... Na Ibéria do Istmo, o Presidente não só Preside como, se pudesse, governaria. Na outra extremidade da Europa, o Primeiro-Ministro é forçado a uma moderação governativa e legisla-

tiva pela vigilância perene de um Presidente sempre presente.

Aliás é curioso como numa das Ibérias o Presidente busca uma desculpa para chamar o Primeiro-Ministro à atenção e exercer a sua magistratura de influência; enquanto na outra Ibéria o Presidente tudo desculpa, a um Primeiro-Ministro que, não raras vezes, precisava ter sido chamado à atenção. São estilos, dirão uns. Pois então, tenho em crer, precisamos pensar em mudar de estilistas...

Na Ibéria Peninsular as eleições legislativas serviram para despoletar a venda a retalho da Soberania económica, política, cultural e científica. As eleições marcaram o começo da venda de garagem que se tornou o país com as fronteiras mais antigas do Mundo. Na Ibéria Caucásiana as eleições penalizaram aquele que diminuiu a Soberania nacional. As eleições despoletaram uma transformação do mapa político que impedirá (por agora) a ossificação de certas forças políticas.

Na Ibéria Ocidental a ossificação dos partidos políticos levou a um afastamento da sociedade civil que, em boa hora, tem tentado reclamar o seu espaço. Nesta Ibéria Peninsular, a sociedade política fala de si para si, querendo (e conseguindo!) ser aplaudida pelos da sociedade civil que (curiosamente!) vai ignorando. Já na Ibéria Asiática a sociedade política transformou-se por pressão permanente da sociedade civil. As várias células da sociedade política têm que falar com e para a sociedade civil, se quiserem ter uma hipótese de sobreviver na Ibéria do Istmo.

A Ibéria Caucásiana sabe que precisa de aliados, mas tenta agigantar-se no seu espaço. Tenta jogar “com os crescidos”, mesmo que para isso se tenha de pôr em bicos dos pés. A Ibéria Ocidental tem aliados firmados e, quem diria, vai sorrindo com a menorização do seu papel. A nossa Ibéria vai interiorizando que pequenez territorial deve ser sinónimo de pequenez total e

portanto basta querer ser Aluno e não almejar a ser Professor.

Mas as duas Ibérias também partilham traços. Ambas possuem elementos da Civilidade Europeia. Ambas fizeram parte do Mundo Árabe. Ambas estão em pontos de convergência de múltiplas influências sociopolíticas e psicossociais. Ambas partilham gosto por bons vinhos e capacidade para os produzir.

Ambas precisam contudo de aprender a lidar com a sua História. Ambas precisam de ultrapassar a nostalgia da Era Dourada, sem esquecer esse mesmo Passado de Glória. Ambas devem inspirar-se no que já alcançaram; mas ambas não se podem esquecer que é preciso energia para o que falta alcançar.

Uma das Ibérias, a do Ocidente, entrou para a União para consolidar a revolução. A outra, a do Cáucaso, saiu da União para despoletar uma transição. Ambas estão a meio dos seus percursos. As duas Ibérias, curiosas irmãs que partilham a casa da Mãe Europa, precisam agora de perceber que a Democracia é mais do que um procedimento; é mais do que um conceito cunhado por centenas de académicos e especialistas.

As duas Ibérias, nas extremidades da Europa, e com todas as diferenças assinaladas e omitidas, podem aproveitar o momento de transmutação profunda que atravessam, para mostrarem à Mãe Europa que o Aluno também pode ensinar e que o pequeno pode ser grande. As duas Ibérias precisam de competência, para fugirem aos perigos da Incompetência Civilizacional que se vai tecno-burocratizando.

*Por Tiago Ferreira Lopes, Investigador do Instituto do Oriente*

## DA CASA

### O MANDATO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (2010-2012) E A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SISTEMA INTERNACIONAL



Portugal acaba de cumprir o seu mandato de dois anos (2010-2012) como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, confirmando uma vez mais que a plena integração de Portugal nos mecanismos multilaterais tem enormes vantagens do ponto de vista da visibilidade e prestígio internacional do nosso país.

Trata-se da terceira passagem de Portugal pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (a primeira vez que Portugal desempenhou estas funções foi no biénio 1979-80 e a se-

gunda experiência ocorreu nos anos de 1997-1998).

A agenda portuguesa no Conselho de Segurança das Nações Unidas caracteriza-se por uma continuidade dos temas que a nossa política externa vem considerando estruturantes, com pequenas variações em razão dos diferentes tempos históricos e do inesperado dos acontecimentos internacionais – como foi o caso da Primavera Árabe e a crise na Costa do Marfim –, que obrigaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros português a adaptar rapidamente a agenda inicialmente traçada.

Uma candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas é uma decisão política que envolve anos de diligências diplomáticas e um considerável dispêndio financeiro, implicando um intenso período de campanha eleitoral em Nova Iorque e em várias regiões do mundo, em busca de apoios.

As regras para a eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas seguem o princípio geral da eleição no seio do grupo regional. No caso português, este princípio implica que qualquer candidatura no âmbito das Nações Unidas é um desafio muito exigente pelo facto de pertencermos ao Grupo da Europa Ocidental e de Outros Estados (WEOG). Este grupo junta um conjunto de países muito fortes politicamente, nomeadamente os membros da União Europeia (a maior parte deles), os Estados Unidos (com excepção das eleições para o Conselho de Segurança das Nações Unidas), o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Outro aspecto que torna particularmente difícil uma candidatura bem sucedida é o facto do grupo eleger dois representantes, dos dez lugares disponíveis para membros não permanentes, sendo que os candidatos são quase sempre mais do que dois, o que significa que a eleição nunca está ganha à partida.

A estratégia de progressiva afirmação e valorização do papel de Portugal no plano multilateral e no âmbito das Organizações Internacionais tem uma importância enorme em termos de esforço da acção de Portugal na área externa, tornando particularmente exigente uma candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelas suas responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais.

As duas últimas candidaturas portuguesas assentaram a sua estratégia diplomática numa fundamentação política coerente, baseada num conjunto de argumentos fortes de que destacamos os seguintes:

1. A vocação universalista do nosso país e a capacidade de construir pontes e o diálogo entre as nações;
2. O facto de Portugal ter servido muito poucas vezes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, diferentemente da Alemanha, igualmente candidata no biénio 2010-2012, país que já esteve por múltiplas vezes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo que actualmente é candidata a membro permanente e pertence a fóruns políticos que suscitam alguma desconfiança nos países afro-asiáticos, como é o caso do G8 e do G20;
3. Participação regular de Portugal nas missões de paz das Nações Unidas com bom desempenho das forças armadas e forças de segurança;
4. Coerência da agenda portuguesa, muito centrada na facilitação do diálogo e na defesa do Direito Internacional, com especial enfoque na protecção e promoção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.

De realçar que a presidência do Comité de Sanções ao Iraque (no final da guerra do Kuwait), numa altura em que se ten-

tava operacionalizar o programa “Petróleo por Alimentos” com o regime de Saddam Hussein, granjeou a Portugal uma boa imagem internacional. Na mesma linha, no biénio que terminou em 2012, Portugal assegurou a presidência de dois comités de sanções, a presidência do Comité de Sanções à Coreia do Norte e do Comité de Sanções à Líbia, para além do grupo de trabalho informal sobre questões processuais.

A questão dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas é um assunto muito polémico nas Nações Unidas e motivo de mau estar entre a Assembleia-Geral, que reivindica um Conselho de Segurança mais transparente e cooperante com os outros Estados membros das Nações Unidas, e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, mais propriamente os cinco membros permanentes (P5), que zelam pela independência do Conselho e flexibilidade dos seus procedimentos;

5. Assim, tanto no biénio 1997-1998 como no biénio 2010-2012, Portugal trabalhou com afinco o tema dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentando propostas e soluções que permitem diminuir o fosso entre o Norte e o Sul;

6. Forte apoio eleitoral no grupo africano, dentro da CPLP e noutros espaços africanos, e nos países do mundo árabe;

7. Em 2010, Portugal contou com o apoio dos países da América Central e Caraíbas, bem como dos pequenos Estados arquipelágicos do Pacífico Sul, que enfrentam desafios ao nível da segurança ambiental, assunto que Portugal inseriu nas suas propostas políticas, tendo sido inclusivamente tema da nossa presidência mensal, em Novembro de 2011, nomeadamente do ponto de vista do impacto humanitário dessas alterações.

Esta passagem pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ocorreu num momento político particularmente interessante, uma vez que nos cruzámos com o Brasil no ano de 2011, também ele eleito membro não permanente pelo seu grupo regional, o que permitiu alinhar algumas posições comuns em nome da CPLP.

Por outro lado, a feliz circunstância da Alemanha, Índia e África do Sul, fortes candidatos a membros permanentes num Conselho de Segurança das Nações Unidas alargado, desempenharem neste período mandatos como membros rotativos potenciou a criação de sinergias interessantes que poderão vir a facilitar o processo de negociação em curso nas Nações Unidas sobre alteração da composição e métodos de votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora o momento político actual não permita antever a possibilidade de qualquer tipo de progresso no curto/ médio prazo.

O sucesso desta candidatura, como de resto sucedeu nas anteriores, foi possível graças ao intenso trabalho da diplomacia portuguesa, dentro e fora das Nações Unidas, com o apoio da Presidência da República e de outros actores institucionais. Muitos dos votos obtidos por Portugal resul-



taram, como é óbvio, de complexas trocas de apoios, no quadro de candidaturas desses países a outros órgãos das Nações Unidas, candidaturas que Portugal se comprometeu a apoiar. Este complexo jogo diplomático poderá vir ainda a repercutir-se positivamente noutras candidaturas portuguesas a órgãos das Nações Unidas, já anunciadas ou em fase de maturação.

Concluindo, o contacto privilegiado com outros membros não permanentes permitiu a Portugal projectar-se internacionalmente e consolidar relações políticas mais estreitas com países de outras latitudes, com impacto em todas as dimensões da política externa portuguesa, incluindo no campo da diplomacia económica, que tem estado no topo da agenda dos últimos governos de Portugal.

*Por Professora Auxiliar Doutora Maria Francisca Saraiva*

---

## EUROPA, FRONTEIRAS E SEGURANÇA: ‘MUROS’ QUE CONTINUAM A SEPARAR-NOS



**A**s fronteiras internacionais têm sido, nas últimas décadas, objecto de uma extraordinária reconceptualização. Elementos fundamentais na construção do estado moderno, assumiram-se como prioritários na construção das identidades nacionais,

concorrendo para a espacialização das mesmas e para a clara identificação entre Estado, território e cultura nacional. O modelo e a sua aplicação conheceram, nas últimas décadas do século XX, grandes desafios. A generalização dos discursos políticos e, em certa medida, em determinados círculos, até quotidianos, em torno da importância dos fluxos globais desgastaram o conceito de fronteira que, para muitos, parecia ser já, anacrónico. Isto foi particularmente significativo no caso da União Europeia, onde a aposta no Mercado Comum, na ‘Europa das Regiões’, e em políticas de ‘remoção’ das fronteiras internas foram criando nas pessoas, a ideia de que elas já não existem.

De uma certa maneira, a liberalização das fronteiras internas da Europa, ao mesmo tempo que fomentou no cidadão europeu a ideia de debordering, tornou-o distante, menos consciente, de que simultaneamente, ocorria na Europa, relativamente às fronteiras externas um processo de rebordering, materializado numa pressão cada vez maior sobre as entradas nos territórios que formam parte do Espaço Schengen. As políticas de imigração tornaram-se mais restritivas, as tecnologias de controlo nas fronteiras mais sofisticadas e instituições europeias, como o FRONTEX, através da qual congéneres nacionais cooperam, no sentido de um controlo mais apertado das fronteiras externas da Europa, mais importantes.

Desde 2000, como parte da estratégia contra o terrorismo, cerca de vinte e cinco muros foram erguidos ou aumentados em extensão: o da fronteira entre os EUA e o México, entre Israel e a Palestina são apenas os mais mediáticos. Afinal, as fronteiras continuam a importar. E muito. Mas importam menos as internas e mais as externas. O aumento constante dos fluxos de pessoas, potenciado pela crise internacional, por problemas crónicos, de desenvolvimento de alguns espaços, por um número crescente de conflitos nacionais que fazem aumentar o volume de refugiados, tornou os que tentam cruzar as fronteiras num alvo dos Estados e das suas políticas. Consequentemente, o número dos que tentam subverter as lógicas das políticas de imigração europeias, através da imigração ilegal, aumentam. É inevitável concluir-se que a presença da fronteira suscita de imediato a vontade de a cruzar. Uma leitura atenta do material fornecido por agências noticiosas mostra que, diariamente, são objecto de controlo nas fronteiras da União Europeia, um número crescente de pessoas e que o enfoque particular está no controlo dos não-europeus, com atenção particular às fronteiras dos países mediterrânicos. Ceuta e Melilla são, a este título, um exemplo recorrente. As polícias, espanhola e grega, recuperam ao mar, com uma frequência preocupante, pessoas (e cadáveres) para quem a Europa ainda representa uma saída dourada, por isso tentam, a todo o custo, entrar por uma porta que se foi tornando cada vez mais estreita. O controlo da imigração ilegal é um ponto importante da agenda europeia e os estados-membros estão directamente envolvidos e empenhados.

O mês de Fevereiro de 2013 traz consigo uma outra situação que, ao contrário da descrita anteriormente - olhada com uma indiferença surpreendente pelos políticos e cidadãos europeus - fez soar alto algumas campanhas na União Europeia, com particular destaque para os países ditos mediter-

rânicos: Espanha, Portugal e Itália. A Suíça, que tem acordo firmado com Bruxelas, no que respeita à livre circulação de trabalhadores, volta a colocar na agenda política, restrições a este movimento. Há cerca de um ano reintroduziu o sistema de quotas para trabalhadores de países do Leste Europeu (Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia) e do Báltico (Estónia, Lituânia e Letónia). Notícias dão conta que pondera activar a cláusula de salvaguarda sobre a livre circulação de pessoas, prevista no acordo assinado com a União Europeia (UE), alargando estas restrições a países como Portugal, Espanha e Itália. Acontece numa altura em que, nos países em questão, a emigração surge, inevitavelmente, como resposta à conjuntura económica altamente desfavorável. Isto motivou, de imediato, tal como já tinha acontecido, em Abril de 2012, avisos ao executivo da Suíça, por parte da UE e esclarecimentos por parte dos responsáveis destes países nacionais. É mais um 'muro'.

O que importa realçar, a partir dos exemplos antes enunciados, são dois pontos essenciais: primeiro, que as fronteiras mantêm, e viram até reforçada, a sua condição de barreira, obstáculo, de separação entre povos, políticas e espaços. Ao contrário do que se antecipava nos anos de 1990, não são um artefacto anacrónico que desaparece magicamente, bastando para tal a desmaterialização dos símbolos que as inscreviam no espaço e as exibiam às pessoas. Há muito que os antropólogos que fazem trabalho de campo em regiões fronteiriças, de separação nacional, vinham insistindo que as fronteiras não tinham desaparecido; elas só se tinham

alterado: antes eram políticas e passaram a ser essencialmente culturais. Quem vive nas zonas intersticiais mantém a ideia de fronteira, reproduzindo-a discursivamente a cada momento, sempre que falam de si e dos outros. Segundo, que as fronteiras externas da UE têm vindo, ao longo das últimas duas décadas, a ganhar uma importância cada vez maior, com consequências muito para lá do controlo das mesmas. A insistência com que os Estados-membros as reforçam, para cumprir com um ideal de segurança que se tem agigantado, tem servido também para processos de selecção de migrantes que tem levado alguns académicos a caracterizarem este processo como radical e, em certa medida, xenófobo, potencialmente perigoso, por poder ser indutor de comportamentos do mesmo tipo. A imprensa europeia noticiava em Janeiro de 2013 que, os franceses que diariamente cruzam a fronteira para trabalhar em Genebra, Suíça, beneficiando do acordo de livre circulação de trabalhadores, têm sido objecto de acções de contestação e agressão por parte dos locais que vandalizam os seus carros e dizem abertamente que os franceses estão a roubar os seus postos de trabalho e o seu pão. Este tipo de discurso é altamente perigoso, mais ainda, em períodos conturbados como os que a Europa actualmente. Eles, os discursos, também são 'muros' que se erguem entre pessoas, entre povos. O seu efeito é o mesmo que o das fronteiras amuralhadas. Ambos contrariam abertamente a ideia de Europa unida, aberta à diferença e aos diferentes.

*Por Professora Auxiliar Doutora Maria Fátima Amante*

---

## Entevista com o Presidente do ISCSP Manuel Meirinho

No âmbito das celebrações dos 107 anos do ISCSP fizemos três perguntas ao Presidente Manuel Meirinho. Abordamos o presente, mas também o futuro do ensino superior português.



**PACTA (P)– Para o senhor presidente qual é que pensa ser a importância do ISCSP no estudo das ciências sociais e políticas no plano nacional?**

**Presidente Manuel Meirinho (PMM)–** Como sabem o instituto é das escolas com maior tradição na área da formação das ciências sociais e políticas porque foi uma escola fundada com esse objectivo em 1906, embora a lógica não

fosse bem essa. A partir dos anos 60 quando a escola foi re-fundada foi toda orientada para o ensino das ciências sociais e políticas e desde essa altura que se afirmou no quadro do ensino superior português público como uma unidade orgânica da Universidade Técnica de Lisboa, especialmente vocacionada para o ensino destas matérias. A ideia de escola na altura em termos de projecto, que depois se foi consolidando e afirmando, foi marcar uma posição muito forte com uma escola multidisciplinar onde surgem as relações internacionais naturalmente até porque a génese da escola, do ponto de vista desta formação, teve muito a ver com os novos nomes que nos anos 60 surgiram e que originaram uma rutura com o modelo pedagógico que a escola tinha, e foi o reconhecimento da importância que se tinha que dar, do ponto de vista das ciências sociais, à política internacional, aos problemas do governo que ultrapassavam as fronteiras domésticas, à conjuntura internacional, à lógica das organizações que na altura tinham uma posição muito forte, nomeadamente a ONU. Portanto esta escola, sobretudo através do impulso do professor Adriano Moreira, teve sempre esse grande desafio. E a partir daí foi estruturando a sua importância dando um relevo muito significativo às matérias da política casando o ensino com as áreas da estra-

tégia, vindo a ciência política um pouco mais tarde. É uma escola que tem um percurso muito longo, tendo já 107 anos de existência e estando nesta área desde os anos 60 e temos vindo a afirmar este caminho até à data. Portanto é uma escola que consolidou muito uma imagem no panorama nacional português, sendo numa primeira fase uma escola que esteve praticamente isolada e portanto liderou e depois à medida que o ensino abriu teve, como é evidente, outros concorrentes quer no sector público quer no sector privado mas, tal como antes, a escola mantém esse objectivo que hoje está consolidado, e tornou-se uma escola reconhecida; primeiro, porque formou muita gente nessa área que depois ocupou cargos de relevo nas várias instâncias internacionais, na diplomacia, que agora estamos a recuperar. Logo é uma escola que tem provas dadas e que hoje mantém e reforça esse peso que é a área de estudos das ciências sociais e políticas. Nós nesta área da política temos tido dos estudos políticos um crescente reconhecimento, nos estudos sociais a mesma coisa na exacta medida em que também fomos pioneiros na abordagem aos estudos da política social e da sociologia porque somos uma unidade orgânica da Universidade Técnica de Lisboa, e a composição de uma universidade para ter esse reconhecimento precisa de abordar todas as áreas do conhecimento tendo o ISCSP se posicionado dentro da universidade para liderar essas mesmas áreas. Portanto os dois grandes marcos são, por um lado a administração, que foi basicamente a origem da escola uma vez que a primeira fase foi para formar quadros para as ex-colónias, e por outro as áreas sociais nomeadamente a sociologia, o serviço social e a política social, e depois a outra área, a área política com primeiro destaque para as relações internacionais. Portanto está na génese da escola, está na sua fundação, está na sua afirmação, que reforçará com certeza este papel.

**P- Tendo em conta tudo o que referiu, como é que o professor vê esta fusão e qual acha que pode ser o papel a desempenhar pelo ISCSP no processo da fusão e no processo da pós-fusão?**

**PMM-** O processo da fusão é um processo do qual a escola não se pode demitir e portanto tem de estar envolvida. A escola tem estado nas negociações, tem estado a acompanhar todo o caminho, que agora entra numa fase decisiva, tendo sido um percurso difícil. Logo, eu enquanto presidente, subscrevo a ideia da fusão na exacta medida em que a nossa rede do ensino superior precisa de ser reorganizada. No caso concreto da fusão entre a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade de Lisboa é uma fusão de certa maneira amigável na exacta medida em que as duas universidades não se sobrepõem e portanto o ISCSP, deste ponto de vista, é um actor colaborante mas, e isso é que importa mais, neste processo tem uma posição que é preservar a sua identidade e a sua tradição e, de certa maneira, fazer vingar e fazer valer os activos que tem nesta área das ciên-

cias sociais e políticas uma vez que, se no quadro da UTL já somos a única escola que trata estas matérias, também no quadro da fusão o ISCSP destaca-se das outras escolas da Universidade de Lisboa porque na oferta educativa que nós temos não temos concorrência, ou seja, as outras faculdades da Universidade de Lisboa em algumas matérias tocam nalguns espaços de formação mas apesar de tudo dos estudos que foram feitos no âmbito do processo de fusão o instituto tem um valor acrescentado muito significativo porque as áreas de estudo do ISCSP são prevaletentes no quadro geral de todas as faculdades da fusão. E portanto quer na área dos estudos políticos e sociais, que agora têm uma componente mais alargada aos estudos empresariais, a nossa oferta educativa não se sobrepõe à de outras faculdade da Universidade de Lisboa e pelo contrário é predominante, portanto neste processo o instituto vai e deve fazer prevalecer essa diferenciação e esse activo que tem afirmando-se como escola. Se agora é uma escola forte na área das ciências sociais e políticas, no processo da fusão afirmar-se-á exactamente como escola de ciências sociais e políticas num quadro mais vasto de uma fusão, aberta como é evidente a algumas complementaridades que se colocam ao nível de outras faculdades, mas sendo a nossa oferta educativa claramente diferenciadora e não tendo qualquer concorrência. Portanto no processo há três aspetos que nós vamos fazer valer. O primeiro é manter este peso, esta solidez, esta afirmação; segundo, é manter a identidade uma vez que somos uma escola que tem 107 anos e que tem um percurso muito longo e ao mesmo tempo difícil, já que como todos nós sabemos passamos por várias vicissitudes mas conseguimos afirmar com todas as mudanças e conjunturas como um bom projecto de escola e em terceiro, queremos manter a relação privilegiada que temos com o espaço lusófono. Estas três vertentes são matéria da qual nós não prescindimos, será uma escola que quer manter o seu perfil de escola de ciências sociais e políticas, que quer manter a sua identidade e que quer manter uma força que achamos que temos e podemos inclusivamente potenciar com novos desafios. É a tradição que temos com o espaço lusófono que nos distingue também de muitas outras escolas que estão integradas na fusão que não têm uma relação tão forte de estudar, compreender e analisar muitas das matérias que estão no espaço lusófono e actualmente isso é uma dimensão importante através da CPLP e de todos os problemas que se levantam e oportunidades ao nível da lusofonia.

**P- Qual considera ser a evolução natural da universidade portuguesa de modo a tornar-se mais competitiva a nível internacional, colmatando essa falha que existe no quadro do ensino superior?**

**PMM-** A universidade portuguesa do ponto de vista do ensino público enfrenta, neste momento, o desafio da conjuntura uma vez que os estrangimentos económicos e finan-



ceiros são muito grandes e do ponto de vista do projecto de afirmação e desenvolvimento da nossa universidade quando ela estava lançada para um projecto de internacionalização e de abertura de algumas vertentes nomeadamente de investigação, da internacionalização da própria investigação, da cooperação e algumas dimensões de qualificação e de diferenciação por exemplo da oferta educativa, neste momento temos este constrangimento que é um factor a ter em conta. Grosso modo, o derradeiro desafio que se coloca à universidade neste momento é o problema de organização da rede da oferta, visto que temos um sistema de ensino binário que combina as universidades com os politécnicos. Face a todas estas transformações o principal desafio é olhar para essa rede e reorganiza-la no sentido de melhor a qualificar e dar melhores condições, agregando esforços até do ponto de vista orçamental para que haja uma melhor capacidade de resposta aos desafios. O segundo desafio é o desafio da internacionalização; nós acordámos tarde para isso, o nosso sistema de ensino, embora não todo da mesma maneira mas globalmente, ainda enfrenta o desafio de uma maior internacionalização porque à escala portuguesa as universidades são suficientemente fortes mas à escala internacional ainda não o são. Em algumas escolas já se destaca o desafio da internacionalização sobretudo ganhando massa crítica, abrindo portas à cooperação com outras instituições e diversificando interesses com centros de pesquisa e investigação à escala internacional, por uma razão muito simples: num espaço europeu de abertura de ensino como foi e é o caso do processo de Bolonha, a universidade portuguesa tal como as outras estão num espaço muito mais amplo do que estavam há bem pouco tempo. Por conseguinte têm o dever e a obrigação de concorrer com outras universidades porque atraem estudantes de todo o mundo e portanto esse novo paradigma lançou desafios que nós ainda estamos a experimentar, uma vez que o processo de Bolonha ainda é recente, havendo este desafio da internacionalização e de uma maior abertura.

Há provavelmente um outro desafio que é o de uma aposta muito maior, e isso tem muito a ver com os recursos, nos mecanismos de investigação, nas dimensões de investigação. Também tem muito a ver com a capacidade que as universidades têm de se associar a outros grandes centros e de criar massa crítica para competir na disputa de projectos que hoje têm cada vez mais uma dimensão internacional. Seja ao nível europeu ou a outros níveis, actualmente a captação de fundos a nível dos grandes centros de investigação face a uma escala global já não se faz a uma escala nacional.

Portanto basicamente estes três pontos são pontos nevrálgicos para equacionar o futuro do ensino superior, ou seja, se nós não trabalharmos bem o problema da rede e nos ajustarmos à rede que nós temos, aquilo que o próprio país neste momento pode pagar e à própria oferta, e a outros problemas de qualidade do ensino. Depois tem muito a ver também com a qualidade do ensino: se não olharmos para uma

nova lógica de cooperação internacional e de internacionalização que tem muito a ver também com a mobilidade de docentes e alunos e por aí fora, mas sobretudo gerado por esta questão do processo de Bolonha e depois o outro activo, basicamente as universidades têm uma tripla dimensão que é o ensino, que é basicamente o core business, mas têm também hoje o desafio da internacionalização e o da investigação e portanto sem reequacionar estes três factores vejo um futuro um pouco distante visto que nós temos um problema de financiamento que a conjuntura económica e financeira e não facilita também do ponto de vista económico a vida aos alunos e isso traz problemas de permanência dos alunos no ensino, havendo problemas laterais. Este processo de fusão é um bom indicador. É um sinal para algumas das outras universidades e até para o poder político incentivar e impulsionar mais mecanismos de agregação de sinergias, as universidades serão mais fortes, terão mais meios e poderão ser até mais racionais ganhando competitividade para disputar sobretudo os tais mercados de investigação que por exemplo ao nível de projectos europeus só se conseguem fazer com cooperação entre as universidades. De maneira que o futuro é um pouco incerto uma vez que há estas condicionantes. No nosso caso temos estas condicionantes que não estão clarificadas, nomeadamente não sabemos muito bem o tempo que esta crise económica e financeira vai de certa maneira dificultar de uma forma muito severa a questão orçamental já que é o principal instrumento para as universidades trabalharem e portanto estamos perante um problema de subfinanciamento muito grande.

O estado tem, nos últimos três anos, reduzido o financiamento do ensino superior na ordem dos 150 milhões de euros e portanto é um problema da conjuntura mas que pode ter um tempo muito alargado e isso vai trazer alguns problemas à nossa rede de ensino do ponto de vista do seu desenvolvimento. Em síntese neste momento nós temos um desafio de vocacionar a rede, temos o desafio da internacionalização e temos o desafio da investigação uma vez que também os apoios públicos e o paradigma de apoio à investigação se alteraram radicalmente, não só por causa da ausência de recursos mas também por novas orientações.

***Por Joana Ribeiro e Miguel Brito***

# PASCAL TEIXEIRA DA SILVA

Em Lisboa desde 2010 como embaixador francês, Pascal Teixeira da Silva tem no seu currículo uma vasta experiência no que concerne às Relações Internacionais. Para além de três passagens pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, exerceu (de 86 a 93) funções de Primeiro-Secretário e Segundo-Conselheiro nas embaixadas francesas em Bona e Moscovo respectivamente. De 1997 a 2001 exerceu ainda o cargo de Primeiro-Conselheiro da Missão Permanente da França junto da ONU em Nova-Iorque.

**Nos últimos meses a França tem estado em grande destaque por todos os meios noticiosos do mundo. Primeiro com as eleições presidenciais, que elegeram o novo Presidente francês François Hollande, passando pela liderança da Europa, partilhada com a Alemanha, e por fim com a recente intervenção militar no Mali. Foi com o objectivo de discutir estes e outros temas, que entrevistamos o Embaixador francês, com origens portuguesas, Pascal Teixeira Da Silva.**

**PACTA (P)- Como surgem as relações diplomáticas entre a França e Portugal.**

**Embaixador Pascal Teixeira da Silva (EP)-** De uma maneira geral, as relações são excelentes. A

França e Portugal são dois países membros da União Europeia, da Zona Euro, também da NATO, não têm nenhum problema bilateral e têm visões comuns e convergentes no que diz respeito aos assuntos europeus, à situação atual, ao que é preciso fazer, em especial na Zona Euro, para ultrapassar o chamado problema das crises das dívidas soberanas. Para além disso partilham a mesma visão, aquilo a que, em França, chamamos integração solidária, o que quer dizer mais solidariedade dentro da Zona Euro e mais integração a todos os níveis (de política orçamental, política fiscal, coordenação das políticas económicas e na união bancária). No que diz respeito à negociação financeira que decorreu na semana passada, a França e Portugal também partilhavam a mesma abordagem, uma visão próxima. No momento em que muitos países estão empenhados em dominar as suas finanças públicas e reduzir os défices seria paradoxal que a Europa, como um todo, aplicasse também uma política de austeridade e reduzisse os meios financeiros em prol das políticas comuns e em prol das novas orientações para fomentar a competitividade. Como sabemos, o resultado da negociação é, como sempre foi, um compromisso mas, dada a situação do ponto de partida, é um compromisso que não prejudicou, tanto como recebíamos, as políticas comuns de coesão, a política agrícola comum, nem os meios para a preparação do futuro. Só este parêntesis para explicar que a nível europeu há um alto grau

de convergência como foi constatado, mais uma vez, aquando das visitas feitas em janeiro. Em janeiro o Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas foi a Paris, depois o Secretário de Estado dos assuntos europeus Morais Leitão e o Secretário de Estado da Agricultura Albuquerque; uma semana depois o Primeiro-Ministro foi a Paris e no dia 1 de fevereiro também o Ministro da Agricultura francês veio cá, teve um encontro com a ministra portuguesa e foi mais uma ocasião para constatar muitas convergências e, além do mais, uma boa surpresa, para dizer que ao nível das relações entre Estados e governos não há problemas e há muitas convergências. Posso falar também das relações económicas se quiserem. Com as relações diplomáticas, não há problemas; são de grande confiança e independentemente de quem está nos governos em França ou em Portugal. Há uma continuidade das relações que faz parte da continuidade dos Estados, independentemente das variações dos governos de cá e de lá.

**P- Tendo em conta o esforço que tem sido feito com a austeridade, a França tem sido o destino de milhares de Portugueses. Sendo Portugal membro da União Europeia e a França um dos países importantes da União Europeia, como vê a França o esforço que Portugal tem vindo a realizar?**

**EP-** Com grande admiração pelos esforços feitos. Isto foi dito pelas autoridades francesas várias vezes e até recentemente aquando das visitas que referi. Estamos muito conscientes da dificuldade da situação e dos grandes esforços que estão a ser pedidos aos Portugueses. A situação portuguesa não é isolada uma vez que que muitos países na Europa têm de lidar com problemas semelhantes. Há três ou quatro [problemas]: o primeiro é dominar as finanças públicas, quer dizer que os nossos Estados não podem continuar a viver a crédito, à custo das gerações futuras. Pode haver, e já houve, circunstâncias especiais em que um Estado tem de gastar mais para fomentar o crescimento devido a uma crise económica ou para resgatar a banca como foi o caso da Irlanda, por exemplo. De uma maneira geral, quando a crise rebentou, como consequência da crise financeira que começou nos EUA, os governos tiveram que intervir e atuar. Isso é uma circunstância excepcional mas muitos países, durante muitos anos, aceitaram um nível de défice e um deslize do endividamento, não para financiar o investimento, mas para financiar despesas correntes. Foi o que aconteceu em Portugal, França e outros países, e sabemos que ao longo do tempo a um défice cada vez maior corresponde uma dívida maior - é uma espécie de bola de neve. Temos que travar este ciclo vicioso e gradualmente dominar as nossas finanças públicas. É precisamente isso que Portugal está a fazer agora com grande empenho



e êxito em termos de redução dos défices estruturais, tal como a França, juntamente com todos os países da Zona Euro que assinaram o tratado orçamental. Outro problema é o da sustentabilidade da despesa pública, nomeadamente das despesas sociais, num quadro de crescimento que não é tão forte como era há vinte, trinta ou quarenta anos e num contexto demográfico que não é muito favorável, com cada vez mais inactivos e reformados. Isso tem um custo. Para sustentar este Estado temos que torná-lo mais eficiente e temos que concentrar os recursos mais escassos naqueles que mais precisam de solidariedade. O terceiro problema é adaptar as nossas economias à nova redistribuição das cartas no mundo globalizado com a emergência de novos poderes, novas potências, potências emergentes e temos que apostar mais no valor acrescentado mais alto, em produtos mais sofisticados e tornar as nossas economias mais competitivas. Um dos problemas de Portugal era o desequilíbrio externo estrutural, de cerca de 8% a 10% do PIB de défice da balança das contas correntes. Isso não é sustentável. No domínio das finanças públicas, Portugal está a fazer um esforço tremendo para reduzir a situação de défice externo e isso é muito saudável, muito necessário e nós saudamos os esforços feitos. Portugal, como a França e todos os países europeus que estão a implementar políticas de austeridade orçamental, precisa também de crescimento. Se todos os países europeus tiverem a mesma política de austeridade, isso irá criar e já está a criar um contexto de contração da procura, de recessão, que pode prejudicar a probabilidade de cumprir as metas. É um grande desafio. Temos que encontrar um equilíbrio entre a necessidade de pôr as finanças públicas em ordem por um lado e, por outro lado, preservar a capacidade de criação de riqueza e de crescimento para podermos atingir esses objectivos de política orçamental. A visão francesa é de grande respeito e admiração pelos esforços feitos. Portugal, apesar de tudo o que está a fazer, precisa de um contexto europeu mais positivo, mais favorável e também de mais solidariedade. Sabíamos que era importante que houvesse um bom acordo para a negociação do quadro financeiro plurianual e, por isso, é que a França e Portugal defenderam a ideia de que reduzir muito o orçamento europeu não fazia sentido neste contexto.

#### **P- Como caracterizaria a cooperação bilateral da França com o Reino Unido?**

**EP-** Temos uma cooperação persistente no âmbito da defesa e da política estrangeira. Assinámos há alguns anos um tratado muito importante para reforçar a cooperação neste âmbito chamado Tratado de Lancaster House que previa reforçar a cooperação até no domínio das forças nucleares. No que diz respeito à posição da Inglaterra na União Europeia, que é o assunto central depois do discurso feito pelo Primeiro-Ministro, a escolha cabe ao povo britânico. Do ponto de vista francês, a Grã-Bretanha tem o seu lugar na União Europeia, se ela assim o quiser, pois é um país soberano. O que se passa é que agora a Zona Euro está empenhada num aprofundamento da integração económico-monetária. É uma lição que não tirámos da crise, das dívidas soberanas e das lacunas/insuficiências da instituição económica e monetária que incluía elementos fundamentais: mais disciplina orçamental e mais integração da união

bancária. A crise que rebentou há 3 anos mostrou a todos o que faltava e, embora o processo seja complexo e pesado, a Zona Euro conseguiu fazer muito. Isto coloca uma questão chave aos britânicos pois a Grã-Bretanha é membro da União Europeia e não da Zona Euro. A medida em que esta se vai integrando cada vez mais, maior será a distância ou diferença entre uma Zona Euro mais integrada e os restantes países da União Europeia que não fazem parte da mesma. O facto de a Grã-Bretanha não ser membro da Zona Euro, é uma decisão britânica que respeitamos mas, não sendo membro, não poderá impedir que ela faça o necessário para manter e salvaguardar o euro e assegurar que haja todas as garantias para o bom funcionamento desta zona monetária. Como vimos, uma zona monetária sem integração económica, orçamental, fiscal e bancária não funciona face a uma crise (lição da crise de 2008/2010). Este seria o primeiro aspecto; o segundo aspecto é que já há uma Europa que funciona com vários círculos: círculo da Zona Euro, círculo dos países do chamado espaço Schengen o que quer dizer que há uma géométrie variable, o que é uma realidade. Porém, a União Europeia não pode ser uma construção em que um país escolha o que lhe agrada e recuse o resto; dito de outra maneira: aceite o que traz vantagens, mas rejeite o que tem custos porque o espírito do projecto europeu é partilhar soberanias, partilhar recursos para melhorar o destino futuro dos cidadãos europeus e para tornar a Europa mais forte e mais coerente face ao resto do mundo. Este projecto faz mais sentido hoje, no mundo globalizado com todas as potências emergentes, do que há 60 anos quando foi lançada a CEE. É preciso um mínimo de coerência e de solidariedade e nós recusámos a aplicação sistemática do princípio da Europa à la carte. Já há uma diferenciação e essas duas grandes diferenciações são: Zona Euro/não Zona Euro e espaço Schengen/espaço não Schengen. Eu vejo isso como uma espécie de compte como nos restaurantes: uma proposta de várias sobremesas e eu como as sobremesas que me apetece - não, isso não pode funcionar assim e recusamos esta visão. Vai haver um debate, um referendo na Grã-Bretanha, sobre a sua posição dentro da União Europeia. Os problemas políticos internos de um país, por si só, não podem obrigar os outros a mudar completamente a filosofia da construção europeia. Se os britânicos não gostarem, cabe-lhes fazer as suas escolhas, mas nós não vamos pôr em causa tudo o que tem sido feito nos últimos cinquenta anos. Mas vamos ver, porque há um debate político, há um constrangimento económico e acho que os meios económicos têm uma visão diferente e querem que a Grã-Bretanha continue a fazer parte da União Europeia; ela tem o seu lugar, teve e sempre o terá de certeza.

#### **P- Falamos muitas vezes numa Europa a duas velocidades. Qual é que deve ser o caminho da UE de modo a melhorar o seu funcionamento e a atenuar estas diferenças?**

**EP-** A Zona Euro era uma construção imperfeita a que faltavam alguns elementos chave e quando não há problemas, está tudo bem. Mas tendo havido um problema - e a crise económica e financeira que veio dos EUA foi um factor revelador das imperfeições e das lacunas da Zona Euro - tudo o que tem sido feito nos últimos 3 anos vai no sentido de completar e de reforçar a integração económica. O euro permitiu durante uma década

**ACOMPANHA-NOS  
TAMBÉM ATRAVÉS  
DO FACEBOOK**



Clica aqui



que alguns países tivessem acesso a dinheiro barato, mas sem serem incentivados a fazer reformas, para melhorarem a sua competitividade, como aconteceu com Portugal. Quando o dinheiro deixa de ser barato é que começa uma desconfiança. Os países mais vulneráveis pagam um preço muito forte. Foi o caso da Grécia, da Irlanda, de Portugal e o facto de partilharem uma moeda comum não significa automaticamente uma convergência em termos de performance económica. Quando o euro foi criado, havia quem pensasse que assim era, que as coisas iam funcionar, mas na realidade não funcionaram. O que temos que fazer primeiro é criar os mecanismos de solidariedade e de resgate; segundo, é quebrar a relação muito negativa entre a banca e o Estado, entre a crise bancária e a dívida soberana; terceiro, é incentivar os países através de vários mecanismos: six pack, two pack, semestre europeu, para que haja mais convergência, para que haja mais fiscalização mútua. É por isso que a supervisão pela Comissão já não se limita a meras performances orçamentais, mas olha também para os problemas de funcionamento da economia. É por isso que já ninguém fala da possibilidade de qualquer país abandonar a Zona Euro, até a Grécia, onde agora já não é o caso porque a integridade da zona não é só uma questão monetária, mas também política. Também seria abrir a caixa de pandora e para evitar que haja no futuro crises ou divergências precisamos de fazer muitas coisas através de um exercício comum de competências como a fiscalização das políticas económicas, o reforço da competitividade, através de reformas estruturais, tudo isso para fomentar a convergência e para evitar que haja duas velocidades, uma Europa do norte virtuosa e uma Europa do sul menos virtuosa. A França propôs o seguinte: criar recursos próprios pois enquanto os recursos da UE forem contribuições nacionais, cada Estado vai olhar para o seu saldo líquido. Tudo isso destrói a lógica europeia; é preciso ter recursos próprios sem que se saiba de onde vem o dinheiro. Imaginemos a situação a nível dos Estados, como se funcionasse da mesma maneira, se houvesse por exemplo uma contribuição do Algarve, do Minho..., para o orçamento do Estado ... o que não é o caso, pois não há uma tributação através do escalão regional. Se houvesse, haveria a tentação de olhar para o saldo líquido que é o que se passa a nível europeu. Voltando à zona monetária otimizada, ao exemplo dos EUA, quando há divergências de competitividade, de crescimento, há transferência orçamental ou há mobilidade dos recursos humanos, quando não há emprego no Dakota do Norte as pessoas vão para a Califórnia. É fácil porque é o mesmo país, a mesma língua. Na Europa não há transferência orçamental numa dimensão adequada e não há mobilidade dos recursos humanos. Há, sim, mas não ao nível necessário. Não é sustentável que haja tantas divergências. Por isso é que estes mecanismos, a supervisão das evoluções macroeconómicas, incluindo este indicador, vão fazer com que haja mais convergência. Mas convergência não quer dizer identidade porque a dimensão do Estado social, as tradições nacionais, vão continuar a existir. Nem todos os países querem financiar a saúde ou a segurança social da mesma maneira; há quem prefira fazer a maior parte através do financiamento público; outros preferem dar mais liberdade de escolha às pessoas. Não vamos ter um sistema uniforme, mas mais convergência económica

numa zona monetária única é, com certeza, imprescindível.

**P- Acha que o caminho da integração ao nível da defesa pode ser um caminho para aprofundar os caminhos dentro da união?**

**EP-** Há muito por fazer porque a defesa europeia ainda não é uma realidade. Eu acho que é necessário por 4 razões. A primeira, porque segundo uma visão muito idealista, o mundo não seria perigoso e não seria necessário gastar dinheiro com a defesa, com a segurança. Essa é uma ideia errada. Como vimos, há muita instabilidade e ameaças e perto da Europa. Mas há sociedades que acham que vivem num mundo pós-trágico. Repare-se no que se passa na Ásia com as tensões a respeito de conflitos territoriais. A Europa tem que continuar a equipar-se para assegurar a sua defesa e a sua segurança. A segunda razão é que os EUA, de quem a defesa da Europa foi dependente durante muitas décadas, deixam de olhar para a Europa como um ponto fulcral e estão a olhar mais para a Ásia. Como o Secretário da defesa dos EUA, Gates, disse, a Europa é um produtor e não um consumidor de segurança. Se a Europa, como um todo, não assumir as suas responsabilidades, quem irá fazê-lo? Seria muito confortável pensar que os outros - os americanos - iriam cuidar disso, mas os americanos vão deixar de o fazer, primeiro porque têm os seus constrangimentos financeiros, depois olham para outras regiões do mundo e também querem que os europeus façam o seu trabalho como, por exemplo, que lidem com os problemas que têm à sua volta. A terceira razão é que temos que actuar num contexto financeiro cada vez mais estrangulado e não faz sentido ter aparelhos de defesa e de segurança separados. Por isso, um dos objectivos é o que se chama pooling and sharing, mutualizar recursos, partilhar os recursos, que são cada vez mais escassos e portanto a defesa europeia é uma necessidade estratégica e económica. O problema é que, quando há um debate dentro de cada Estado sobre a repartição de recursos escassos, é confortável dizer “não precisamos nada da defesa” e quanto mais longe estiver a decisão, mais confortável é. Não podemos continuar a fechar os olhos. Temos uma moeda única, comum, mas não temos forças armadas comuns. Um dos primeiros projetos de integração europeia era, no início dos anos 50, a Comunidade Europeia de Defesa que foi chumbada pela França na altura, mas era demasiado cedo. Finalmente, conseguimos ter uma moeda única antes de termos forças armadas. Eu acho que os europeus em conjunto poupariam muito dinheiro se atuassem em conjunto e partilhassem os seus recursos, mas vai ser um processo complicado e longo, temos que continuar a agir neste sentido.

**P- Continuando a abordar o tema da defesa, mas agora mais especificamente o caso da França. Quais serão os próximos passos da missão militar francesa no Mali?**

**EP-** A intervenção francesa respondeu a um pedido do Mali e a uma urgência. A França fez o que era o seu dever, não só para responder à chamada de um país cuja soberania e integridade era posta em causa, mas também para atuar em prol da segurança regional e, para além disso, da segurança da Europa.

Isso foi feito como uma operação de emergência para preparar o terreno para que outros atuassem, nomeadamente as forças do Mali, pois a primeira responsabilidade é sua. Sabemos, porém, quais as grandes fraquezas das forças armadas do Mali e, por isso, está a ser criada uma missão de formação da União Europeia que vai treiná-las. Para os ajudar a reconquistar e a dominar a soberania do seu território e para neutralizar os extremistas e islamistas que tinham conquistado o seu território, vai haver uma missão militar africana da CEDEAO. Não é, de todo, intenção francesa ficar lá para sempre; é só uma resposta de emergência e de preparação para que outros continuem a trabalhar e até já se fala de uma diminuição do número de tropas francesas a partir de março. Face à situação não é possível fixar prazos independentemente da sua evolução, mas temos que ser flexíveis, o objetivo da operação é esse.

**P- Portanto, é um objetivo que a passagem da missão se faça para a ONU? Ou apenas para a União Africana?**

**EP-** A possibilidade da força regional e internacional africana ser depois devolvida à moderação da ONU não pode ser excluída. Já aconteceu no passado em África. Existem vários exemplos porque sabemos das fraquezas das suas operações regionais em termos de financiamento e de logística. Uma operação das Nações Unidas tem as estruturas e mecanismos mais seguros, mas o problema atual não é esse. É, sim, montar a operação africana e fazer com que ela possa vir a assumir o apoio ao estado do Mali, tarefa que está agora a ser da responsabilidade da França.

**P- Nos últimos dois anos ocorreram várias revoluções no Mundo Árabe. Nos últimos meses, tanto no Egito como na Tunísia, as populações voltaram aos protestos. Estas ações por parte das populações mostram a fragilidade que estas revoluções têm?**

**EP-** Como sabemos as revoluções não são unilineares, são um processo complexo e nada fácil. Lembremo-nos do que aconteceu em França a partir de 1789. Durou vários anos e houve altos e baixos, avanços e recuos, foi um processo complicado. O que está a acontecer no Mundo Árabe é uma revolução de uma amplitude comparável e uma revolução conhece episódios diferentes. O que aconteceu foi um primeiro movimento em prol da liberdade, uma reivindicação da liberdade e da justiça social e luta contra a corrupção. Os regimes anteriores caíram, não em todos os países mas em alguns, Tunísia, Líbia, Egito e ainda não terminou a primeira fase. Com a queda dos regimes, as forças islamistas, que eram as mais organizadas e presentes na clandestinidade, na oposição ou no estrangeiro (eram quase as principais forças da resistência) puderam, numa primeira

etapa, colher os frutos de uma liberalização e pluralismo político. Tanto mais que em alguns países tinham feito operações de terreno e organização social, por exemplo. Porém, existem dois problemas: o primeiro é que a reivindicação da liberdade não foi extinta porque as pessoas querem pluralismo e liberdade. Quando uma maioria quer reduzir as novas liberdades as populações não ficam satisfeitas; o segundo problema são as reivindicações económicas e sociais, os novos governos e maiorias islamistas não são capazes de as cumprir, o que provoca descontentamento na população, no plano das liberdades públicas e no plano da condição económico-social. Não é de admirar que haja esta nova fase e isso vai continuar. É uma situação instável e complicada pois, quanto mais instabilidade política houver, mais complicados serão a retoma e o crescimento económico; os investidores estrangeiros querem perspectivas estáveis. Se olharmos para os países que atravessaram revoluções importantes, os períodos de revolução não coincidem com os períodos de crescimento, pelo contrário e isto claramente dificulta a estabilização da situação. É um processo complexo, longo, mas aqueles que pensavam que depois dos antigos regimes terem sido derrubados as coisas iriam ficar bem, estavam enganados. Quando há revoluções desta magnitude não é o que acontece. O mais importante é que os parceiros estrangeiros, os vizinhos, nomeadamente da Europa do Mediterrâneo, continuem a ser vigilantes quer do ponto de vista das liberdades públicas, quer do ponto de vista das parcerias. É mais complicado desenvolver uma parceria onde não há estabilidade política. Mas o que se passa é muito importante, é do nosso interesse que haja estabilidade e respeito pelas liberdades públicas porque, onde elas não forem respeitadas, haverá perturbações e descontentamento e não é bom. Tudo isto é a história das revoluções e nós tivemos muitas em França.

*Por Miguel Azevedo Coutinho e Miguel Brito*



OU  
ATRAVÉS  
DO  
TWITTER



Clica aqui

## A PRIMAVERA E A EXCEÇÃO ÁRABE



Desde o início do século XXI, a chamada Primavera Árabe que as análises produzidas sobre o assunto parecem ser tão voláteis quanto os acontecimentos no terreno. A queda de regimes aparentemente inamovíveis e enquistados no tempo gera enormes expectativas e optimismo, enquanto os acontecimentos entendidos como reveses de um alegado processo de democratização decretam de imediato o fim da esperança. Esta diversidade decorre essencialmente de problemas conceptuais e de simplificações grosseiras dos processos políticos em curso.

Aliás, as meras opções quanto à designação usada para descrever os protestos e suas consequências tendem a revelar quadros conceptuais e opções ideológicas de partida que dificultam a cabal identificação das variáveis pertinentes e, assim, a compreensão da plenitude dos processos políticos e sociais em curso. A utilização da expressão Primavera Árabe (do inglês Arab Spring) remete para noções de renascimento, fecundidade ou esperança, tendo portanto implícita uma visão optimista. Importa ter presente que a palavra Primavera é recorrentemente associada a fenómenos de natureza política. Na Europa de 1848, a vaga de revoluções que advogavam liberalismo e nacionalismo foi apelidada de “Primavera das Nações” e, em 1968, a Checoslováquia foi palco

de acontecimentos conhecidos como a Primavera de Praga. Mesmo em 2005, a expressão Primavera Árabe foi usada com frequência para descrever um conjunto de fenómenos políticos no Médio Oriente que se seguiram à intervenção norte-americana no Iraque. Por outro lado, a expressão Despertar Árabe (do inglês Arab Awakening) sugere que o fenómeno em causa era algo de messiânico, à espera de acontecer, representando assim uma abordagem determinista. Uma terceira expressão usada para descrever o fenómeno, Levantamento Árabe (do inglês Arab Uprising) tem implícitas as noções de protestos rápidos, intensos e simultâneos.

O choque provocado pela Primavera Árabe resulta da rapidez com que os protestos alastraram da Tunísia aos demais países árabes mas, essencialmente, radica na negação de algo que, até então, era visto como uma verdade absoluta: a estabilidade oferecida pelos autoritarismos árabes. Existe uma corrente de opinião, de dimensão significativa nos meios académicos e mediáticos ocidentais, segundo a qual os povos árabes, em virtude da sua cultura e, em particular, da religião dominante, são intrinsecamente submissos ao poder autoritário. Desde o final da Guerra Fria que os cientistas políticos que se dedicam aos estudos de democratização tendem a falar de uma “exceção árabe” para justificar a longevidade dos autoritarismos que caracterizam o período pós-colonial no Magrebe e no Médio Oriente. Assim, de acordo com esta lógica, existem apenas duas alterna-

tivas no que respeita à natureza dos regimes: ou um regime autoritário de matriz laica ou então um regime teocrático fundado nos preceitos do Islão.

Esta abordagem ignora inúmeros estudos que atestam a menoridade das dimensões étnicas e religiosa nos processos políticos em países árabes mas, sobretudo, trata como iguais sociedades e regimes que são substancialmente diferentes. Na Tunísia e no Egipto, Ben Ali e Hosni Mubarak caíram às mãos de protestos maioritariamente pacíficos, enquanto na Líbia Muammar Gaddafi teve que ser deposto pela força e com o auxílio de uma intervenção militar estrangeira sob a égide da NATO. Pelo contrário, foi uma acção militar estrangeira, desta feita ao abrigo do Conselho de Cooperação do Golfo, liderada pela Arábia Saudita, que assegurou a manutenção do regime no Bahrein. Estas diferenças, exemplificativas de tantas outras, tendem a gerar confusão já que a similitude entre autoritarismos e o veloz alastramento transfronteiriço dos protestos deixaria antever uma certa homogeneidade nas consequências políticas e sociais da Primavera Árabe. Contudo, esta confusão assenta em mais um equívoco, uma vez que olha de igual modo para regimes substancialmente diferentes, obscurecendo assim importantes disparidades entre estes Estados, e dentro deles. Uma breve análise da Tunísia e da Líbia, no momento de queda dos seus antigos líderes, oferece uma leitura clara destas diferenças. Após a saída do anterior presidente tunisino Zine el-

Abidine Ben Ali, o país continuou a prestar serviços públicos e a manter um certo grau de organização social, não obstante a convulsão normal, inerente transformação política em curso. Aliás, é de referir que os tunisinos, no meio da incerteza política que viviam, foram capazes de se mobilizar para a sua fronteira com a Líbia e, desta forma, apoiar os refugiados que vinham daquele país. Pelo contrário, o curso dos acontecimentos na Líbia enveredou por um caminho bem distinto. A partir do momento em que a contestação à liderança de Gaddafi assumiu proporções assinaláveis, e ainda antes da intervenção da NATO, a organização do país entrou em colapso, havendo inclusive relatos de que aspectos tão elementares da vida quotidiana como, por exemplo, o controlo do tráfego nas estradas, foram descontinuados. Não obstante serem países vizinhos, governados pelos mesmos líderes há décadas e sob a tutela de sistemas políticos autoritários, os diferentes rumos seguidos pela Tunísia e pela Líbia são sintomáticos de profundas diferenças entre eles. Em parte devido à influência do republicanismo francês e à continuidade que Ben Ali deu ao projecto do seu antecessor e primeiro presidente tunisino Habib Bourguiba, a Tunísia construiu desde o momento da sua independência instituições capazes de garantir a continuidade administrativa do país, ou seja, sem prejuízo do reconhecimento da natureza autoritária do regime, a Tunísia edificou um Estado. Por sua vez, Gaddafi centralizou em si o poder e toda a estrutura estatal. Embora merecedora de uma interpretação mais profunda e detalhada, não será abusivo argumentar que a organização social e política na Líbia dependia de uma rede intrincada de fidelidades e alianças de conveniência entre diversas tribos, clãs e famílias, cujo elo de ligação era Muammar Gaddafi. Enquanto na Tunísia a contestação

ao poder político punha em causa o regime, sem com isso implicar a destituição das instituições que garantiam o funcionamento do Estado, na Líbia os protestos contra Muammar Gaddafi comprometiam toda a organização social e política do país. Estas diferenças internas explicam porque, face a protestos populares, ocorreu a manutenção de certos regimes, a queda de outros e, dentro destes últimos, as diversas formas de esboroamento do poder vigente. Mas as particularidades dos regimes depostos explicam também, e porventura com maior interesse, que os desenvolvimentos no momento pós-autoritário dependem grandemente do legado social e político deixado pelo statu quo ex ante. Se a cultura e a religião não foram determinantes no passado não é obrigatório que passem a sê-lo no presente e no futuro. Contudo, a vitória recente de partidos islamistas em actos eleitorais parece fundamentar os argumentos dos partidários da “exceção árabe”. Porventura, a explicação será mais simples. Por um lado, os defensores do Islão Político são, em muitos casos, os únicos partidos com organização interna e implementação nacional suficientes para obter resultados eleitorais expressivos. Por outro lado, os restantes partidos que se apresentaram a eleições foram frequentemente entendidos pela população como produtos dos regimes que querem ver desaparecer. Recorrendo à análise comparada entre Tunísia e Líbia, enquanto no primeiro caso as novas elites terão que lidar com um conjunto de desafios significativos como, por exemplo, legitimação política e sustentabilidade económica do país, no segundo caso, antes de enfrentarem os desafios inerentes à assunção de poder, os líbios terão primeiro que edificar um Estado – o que, naturalmente, levanta dúvidas sobre o sucesso e a celeridade da sua transição política.

As especificidades de cada país são condicionantes da evolução dos processos políticos, pelo que não há dois casos iguais. Assim, não é possível arguir a existência de uma Primavera Árabe, transversal a todos os estados afectados pelas manifestações, a menos que se opte por uma abordagem minimalista em que o conceito somente representa o efeito mimético dos protestos populares. Por maioria de razão, perante aparentes retrocessos autoritários por parte dos novos poderes árabes, não se justifica defender a chegada de um Inverno Árabe.

*Por Diogo Noivo, Investigador Associado do Observatório Político e Mestre em Segurança e Defesa pela Universidade Complutense de Madrid/CESEDEN*

Nota: Este artigo foi escrito, pelo autor, segundo as normas vigentes no acordo ortográfico de 1990



# O REALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO MÉDIO ORIENTE

## APÓS A OPERAÇÃO “PILLAR OF DEFENCE”



O conflito que opôs Israel ao Hamas ao longo de oito dias entre 14 e 22 de Novembro passado terminou com um cessar-fogo que revela elementos de um novo realinhamento estratégico no Médio Oriente. Influenciada pelo resultado da Primeira Árabe e pela persistência do conflito na Síria, a forma como este conflito de curta duração se desenrolou e terminou revela novas tendências no xadrez geopolítico da região. Ressalvando que muitos elementos potencialmente relevantes para análise permanecem difusos e longe do domínio público, algumas ideias novas parecem ganhar forma:

1. Ao ser atacado em Telavive e em Jerusalém por misseis oriundos de Gaza e de origem iraniana, lançados já depois do ataque aéreo israelita que os julgava ter destruído, Israel sentiu uma vulnerabilidade nova e preocupante. A activação das sirenes e o uso sistemático dos bunkers durante várias horas espalhadas por vários dias fizeram recuar a psique colectiva aos tempos da primeira Guerra do Golfo, mudando a atmosfera social e, porventura, interferindo no poder negocial com que Israel encarou a perspectiva de um cessar-fogo. O facto de nem um ataque terrorista num autocarro em Telavive, gerando mais de 20 feridos, ter abortado as negociações tendentes a esse cessar-fogo parece demonstrar esta ideia. Além disso, o sul de Israel sofreu ataques de uma intensidade pouco usual. A Universidade Ben-Gurion, em Bersheva, por exemplo, esteve encerrada durante 8 dias.

2. Como se necessário fosse, autoridades governamentais em Teerão confirmaram publicamente que o Irão forneceu auxílio táctico e mate-

rial ao Hamas durante o conflito. Mas a grande cartada regional jogada nestes dias de Novembro veio do Cairo. Num primeiro grande teste ao triplo comprometimento egípcio na região (dependência financeira dos Estados Unidos, acordo de paz com Israel, e lealdade islâmica e islamista), o governo de Mohamed Morsi desempenhou o papel principal na condução diplomática do processo que levou ao fim das hostilidades, contando com o auxílio de Turquia, Qatar, Nações Unidas, Liga Árabe e Estados Unidos. Além disso, Morsi parece ter procurado legitimação externa para os atropelos constitucionais que tem levado a cabo internamente e que tem gerado contestação social desde meados de Novembro até hoje. Tendo no Cairo a sua ponta-de-lança, a Irmandade Muçulmana afirma-se como uma força dominante no Médio Oriente, numa tendência verificada em grande parte dos países da região.

3. Poucos dias antes de apresentar nas Nações Unidas uma nova iniciativa destinada ao reconhecimento internacional da Palestina (através da concessão do estatuto de observador em sede da Assembleia Geral, à imagem do que sucede com o estado do Vaticano), o presidente da Autoridade Palestiniana Mahmoud Abbas desempenhou um papel totalmente marginal neste conflito. Ainda que a regra seja a de total não-interferência da Autoridade Palestiniana em Gaza, não deixa de ser inquietante para as pretensões palestinianas confirmar uma esmagadora separação entre o governo de Gaza e o da Cisjordânia, legitimando algumas das críticas dos opositores ao reconhecimento imediato do estado palestiniano. As recentes negociações entre Hamas e a Fatah, ocorridas no início de Janeiro de 2013, poderão vir a iniciar uma nova fase, desmentindo esta tendência. Mas a manutenção do status quo não é de todo improvável.
4. Saída recentemente de eleições, a

Administração Obama enfrentará um novo mandato em que o reatamento do processo de paz deverá ser uma das prioridades absolutas da sua política externa. O papel decisivo desempenhado in situ pela diplomacia norte-americana na resolução deste conflito confirma que Washington não pode demitir-se de guiar novamente as negociações, algo que se verificou no primeiro mandato de Obama. Ainda que outros actores tenham contribuído para este cessar-fogo, a ausência gritante da União Europeia em todo este processo ajuda a confirmar que Washington continua numa posição inigualável para reabrir os canais diplomáticos entre Ramallah, Gaza e Telavive.

Aliadas ao uso de novas armas, ao novo sistema antimíssil israelita, ao enfraquecimento momentâneo da Síria e à instabilidade social na Jordânia e no Egipto, estas tendências abriram portas para uma nova fase na evolução do conflito. Pragmatismo, coragem e visão estratégia poderão tornar esta crise uma oportunidade para avanços importantes. Tendo Israel demonstrado tradicionalmente preferir o status quo à mudança, uma das questões principais a observar nos próximos tempos será a sua reacção ao novo contexto regional, quando já entrámos em contagem decrescente para as eleições que deverão re-eleger Benjamin Netanyahu como chefe de um governo provavelmente ainda mais extremista. Como ficou provado ao longo das últimas décadas, não há estabilidade regional sem processo negocial entre israelitas e palestinianos.

*Por Bruno Oliveira Martins, Doutorando na Universidade do Minho, visiting fellow na Universidade de Aarhus (Dinamarca) e antigo analista político na Delegação da União Europeia em Israel*

Nota: Este artigo foi escrito, pelo autor, segundo as normas vigentes no acordo ortográfico de 1990

### NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA



**A** demografia política é uma área pouco estudada e até negligenciada no âmbito da ciência política e das relações internacionais. Ora, a demografia é dos poucos fatores de maior previsão no âmbito das ciências sociais, para além

de que influencia as diferentes áreas da vida política, social e económica. Neste sentido, devemos adotar uma visão holística do sistema internacional, que privilegie uma leitura dinâmica da realidade demográfica e que tenha em conta o fator populacional na definição de políticas económicas, fiscais, de política externa e de segurança.

Vivenciamos atualmente um período de grandes mudanças de tendência demográfica, com um acentuado envelhecimento da população europeia e do este asiático, cujo impacto no crescimento económico e financeiro destes países é ainda desconhecido; e, por sua vez, no mundo em desenvolvimento assistimos a grandes booms de população em países com economias e infraestruturas subdesenvolvidas. Esta revolução demográfica acentua as discrepâncias Norte/Sul, potencia as migrações, provoca ou contribui para as alterações climáticas e pode, no extremo, levar a conflitos por causa de recursos naturais (Sciubba, 2011).

Importa assim analisar a importância do volume de efetivos nas questões de segurança interna e externa, através de uma abordagem à relação demografia-segurança.

#### O vetor demográfico nos estudos de segurança

Os desafios demográficos à segurança surgem associados a disparidades económicas, migrações, conflitos geopolíticos, Estados frágeis, entre outros. Estes influenciam a geopolítica atual, daí a necessidade de analisar o binómio demografia-segurança.

Goldstone (2009, pp. 3-4) sinaliza seis tendências principais nos desafios que a população e o meio-ambiente colocam à segurança: (1) diferentes processos de transição demográfica com os países desenvolvidos a estabilizar ou a diminuir a sua população e os países com economias emergentes continuam a crescer, apesar de começarem a apresentar já uma inversão de comportamentos; (2) mobilidade de um grande número de população jovens, com origem nos países do sul de África, através do Médio Oriente e sul ou sudoeste da Ásia; (3) rápido envelhecimento das populações na Europa, América do Norte e na parte ocidental da Ásia; (4) crescente imigração dos países do Terceiro Mundo para os do Primeiro; (5) crescente urbanização, de modo especial na China e África; (6) impactos negativos das alterações climáticas nos países mais pobres e mais populosos.

A demografia influi na natureza e composição das Forças Armadas e de segurança (Paulo, 2012, p.78). O Estado recorre a estas forças para a manutenção da ordem e da segurança nacional, através do uso legítimo da força. Ora, uma população mais numerosa poderá traduzir-se num maior número de efetivos e naturalmente num reforço da segurança nacional.

O envelhecimento da população nos países industrializados versus as populações jovens nas economias emergentes ameaça a estabilidade social e o crescimento económico. Deste modo, desafios demográficos como a redução

da natalidade e mortalidade nas economias avançadas e a falta de oportunidades económicas para os jovens dos países com economias emergentes, poderão ter impactos na estabilidade social dos países emergentes, bem como nos Estados sociais dos países industrializados que se tornarão insustentáveis (World Economic Forum, 2012).

#### As migrações e a realidade demográfica

Estamos perante um cenário de grandes clivagens ao nível populacional e essas assimetrias agudizar-se-ão se não houver uma reestruturação ao nível da segurança internacional e da governança mundial.

As disparidades de desenvolvimento entre os diferentes países, associadas aos diferenciais demográficos impulsionam a mobilidade humana. Esta se for potenciada e bem gerida poderá ajudar a resolver alguns dos dilemas demográficos que os países enfrentam atualmente (na Europa temos uma população envelhecida e escassez de mão de obra, já no mundo em desenvolvimento temos uma população muito jovem, com excesso de mão de obra e falta de oportunidades laborais). As migrações (emigração, imigração e migrações internas) são as variáveis chave no futuro das dinâmicas, apesar de serem as de maior incerteza (Rodrigues, 2012, p. 211)

#### Notas finais

As questões demográficas não podem ser ignoradas no gizar de políticas de segurança e defesa. A demografia é um elemento chave no processo político. As variáveis demográficas permitem conhecer o número de efetivos real num determinado período e as suas principais características. Assim, conseguimos aferir o número de trabalhadores, eleitores, militares e outros nas próximas décadas. Para além disso, importa conhecer as suas dinâmicas e o



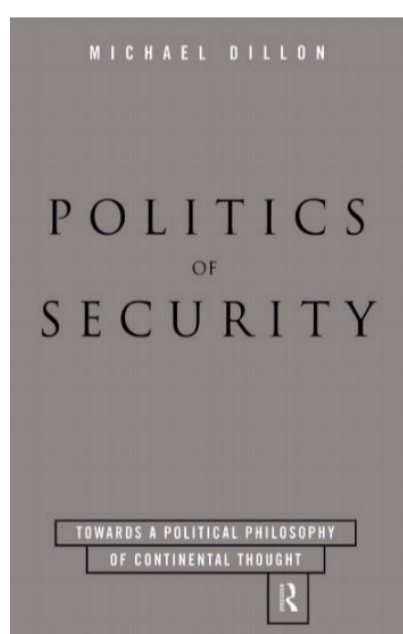
modo como os efetivos se distribuem. Num mundo em constante mutação, em que os desafios à segurança se apresentam das mais diversas formas, o vetor demográfico é essencial para uma análise efetiva das ameaças. Urge pensar a segurança tendo em conta os novos desafios populacionais (envelhecimento da população, migrações, urbanização, entre outros).

*Por Teresa Rodrigues, Doutorada em História Contemporânea e Agregada em Relações Internacionais pela FCSH e Susana de Sousa Ferreira, Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais e Doutorada em Relações Internacionais na especialidade de Estudos de Segurança e Estratégia.*

Nota: Este artigo foi escrito, pelo autor, segundo as normas vigentes no acordo ortográfico de 1990

Caso queira consultar a bibliografia de apoio a este artigo, ou qualquer outro presente nesta edição, entre em contacto connosco.

# CRÍTICA



O conceito de segurança é, entre os conceitos internacionalistas, um dos conceitos mais contestados. A reificação realista clássica do conceito de interesse nacional despolitizou durante décadas o conceito de segurança cristalizando-o meramente enquanto segurança nacional. Na década de 1990, a emergência do conceito de segurança humana e a aplicação à teoria das relações

internacionais de abordagens críticas e pós-estruturalistas desenvolvidas pela filosofia continental abriu um novo espaço de discussão para a problematização do conceito de segurança. O livro de Michael Dillon “The Politics of Security”, publicado em 1996, é fundamental no contexto da problematização do conceito de segurança. O próprio título do livro reflecte a sua premissa básica: existe uma articulação inegável entre política e segurança. A problematização da segurança (internacional, doméstica, humana, alimentar, energética, etc.) não pode ser feita sem a problematização do que é a política enquanto actividade humana. Segurança e política são mutuamente constitutivas. Segundo Dillon, o carácter constitutivo da relação entre política e segurança ganha especial acuidade no contexto internacional contemporâneo em que a contingência da vida social obriga-nos a questionar os critérios de governação das comunidades políticas e em que as narrativas de gestão das políticas públicas são cada vez mais passíveis de desconstrução. Neste sentido, e de acordo com Dillon, a contemporânea política de segurança nacional encontra-se articulada com o projecto

político-filosófico da modernidade e com a necessidade de reificar as fronteiras clássicas territoriais e morais do estado soberano, mesmo que isso implique a limitação das liberdades e garantias dos cidadãos. Como outros autores internacionalistas têm vindo a enfatizar, a relação de equilíbrio entre segurança doméstica e liberdades individuais tem sido constantemente comprometida em favor do estado e da preservação não só do seu espaço territorial, mas sobretudo, do seu espaço moral. No seu livro, Dillon advoga a utilização do método genealógico para a desconstrução da política de segurança, evidenciando de que forma as práticas discursivas sobre segurança são constitutivas das suas práticas não discursivas. É, neste contexto, necessário identificar a facticidade discursiva da segurança, ou seja, quem fala sobre segurança, com que posição de autoridade o faz e com que objectivos políticos. Como Dillon escreve:

“[c]omo é que a procura da segurança se tornou uma preocupação (inter)nacional permanente, dominante e constante da humanidade? Que tipo de projecto é a procura de segurança e como é que se relaciona com outros objectivos humanos nomeadamente com a procura da liberdade e do conhecimento através de um pensamento calculista, da tecnologia e da subjectificação?” (Dillon, 1996, p. 15)

A segurança constitui, para o autor, não só um acto discursivo mas, fundamentalmente, um regime de verdade. Pensar a segurança como um regime de verdade implica questionar o próprio conceito de política e como tal conceito tem sido reificado como só produzível e reproduzível dentro dos limites territoriais e MORAIS do estado. **Dillon, Michael (1996) “The Politics of Security”, Londres e Nova York: Routledge.**

*Por Professora Auxiliar Doutora Maria João Militão*



## Janeiro/Fevereiro

- No primeiro dia do ano, a Irlanda assumiu a presidência semestral da União Europeia que ficou marcada pela meta do crescimento e emprego para os 27 e a desejada saída do programa de assistência financeira para o próprio país.
- Os líderes do Sudão (Omar al-Bashir) e do Sudão do Sul (Salva Kiir) reúnem-se na cimeira da União Africana em Addis Ababa, na Eitópia. Este encontro teve como principal discussão a questão da desmilitarização da fronteira entre os dois países.
- Bolívia mostra interesse em fazer parte do bloco regional Mercosur.
- O partido independentista basco Batasuna anunciou em Janeiro a sua dissolução. Termina assim o braço político do grupo terrorista ETA.
- Um acidente numa fábrica no norte da China causou um derrame tóxico deixando um milhão de habitantes sem água potável.
- No início do mês de Janeiro, Silvio Berlusconi chegou a acordo com a Liga Norte, uma formação populista, para uma candidatura conjunta às eleições legislativas de Fevereiro.
- A Amnistia Internacional apela ao Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, para assumir o compromisso de fechar o centro de detenção de Guantánamo (Cuba).
- Enquanto decorria o primeiro protesto contra a censura (Nanfang Zhoumo) em mais de duas décadas na China, o Partido Comunista chinês informou os jornalistas e activistas envolvidos no protesto que tinha o controlo absoluto dos órgãos de comunicação social do país, proibindo manifestações pela liberdade de expressão.
- Assassinadas três activistas curdas em Paris, entre elas Sakine Cansz, uma das fundadoras do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). As autoridades turcas afirmam que a intenção por detrás do assassinato foi bloquear os contactos entre Ancara e o PKK.
- Pela primeira vez a Arábia Saudita concedeu lugares no Conselho Shura a cerca de trinta mulheres. O Rei Abdullah aprovou um decreto no qual ficou estabelecido que pelo menos vinte por cento dos lugares teriam de ser preenchidos por mulheres.
- O Parlamento Europeu votou regras mais exigentes para agências de rating, ficando estas inibidas de emitir conselhos sobre as políticas nacionais e obrigadas a respeitar um código de responsabilidade civil. O objectivo é então reduzir a dependência dos mercados relativamente às notações.
- O partido da chanceler alemã Angela Merkel, CDU, perdeu as eleições na Baixa Saxónia tendo a aliança entre social-democratas do SPD e os Verdes eleito mais um deputado que a coligação entre o CDU e os liberais.
- O Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções adicionais à Coreia do Norte devido ao lançamento de um rocket no passado mês de Dezembro. Em resposta a esta decisão, a Coreia do Norte anunciou a sua intenção de fazer um novo ensaio nuclear, visando o seu inimigo norte-americano.
- No primeiro dia de Fevereiro, Hillary Clinton deixou de representar os Estados Unidos da América como secretária de Estado.
- Os líderes do Afeganistão e do Paquistão pretendem assinar um acordo de paz dentro de seis meses, incitando os taliban a juntarem-se ao processo de reconciliação no Afeganistão.
- Por razões de saúde, o Papa Bento XVI resigna ao mesmo cargo a 28 de Fevereiro.
- No seu discurso sobre o estado da nação, Barack Obama afirmou que em 2013 serão retirados cerca de 34000 soldados do Afeganistão, reduzindo assim para metade o contingente norte-americano actual.
- A organização internacional WWF apelou à União Europeia a adopção de medidas coerentes e ambiciosas que permitam atingir a meta de 100% de energia renovável em 2050.
- Mesmo atravessando uma grave crise financeira, o Chipre escolhe este mês o seu novo presidente com uma ida à segunda volta opondo o conservador Nicos Anastasiades ao comunista Stavros Malas. A necessidade de um resgate financeiro é o debate principal destas presidenciais.
- Numa sondagem realizada pelo El Mundo, em Espanha, o PP desce nas sondagens registando o pior resultado dos últimos vinte anos mas mesmo assim ficando à frente dos socialistas do PSOE.
- As Nações Unidas dão a conhecer a intenção de um acordo de paz a ser realizado dia 24 de Fevereiro cujo propósito é acabar com duas décadas de conflito no leste da República Democrática do Congo, a ser assinado em Addis Ababa.
- A oposição síria acusa o Hezbollah libanês de intervir militarmente no conflito sírio, constituindo um perigo para a paz e a para a segurança da região. O líder da Liga Árabe das Nações Unidas, Lakhdar Brahimi, afirma a importância de um acordo de paz entre o governo de Damasco e as forças da oposição.